





em contextos de participação social e atividades culturais, em especial, por meio da ação intencional do adulto na estimulação daquelas capacidades que ainda não foram efetivadas (zona de desenvolvimento proximal).

Quando esta concepção de sujeito e perspectiva de desenvolvimento é apropriada por profissionais que atuam no atendimento de crianças, nas mais diversas situações de debilidade e adversidade, estes poderão assumir uma postura intencional no cuidado com as mesmas. Serão capazes de valorizar a relação estabelecida, os processos de estimulação que realizarão irão focar nas possibilidades, no desenvolvimento em sua potência prospectiva.

Esta questão adquire ainda mais relevância no âmbito da saúde, no caso de crianças em situação de adoecimento. A doença da criança e seus aspectos anatomo-fisiológicos tendem a ser ressaltados, tornando um fator de reducionismo na compreensão deste sujeito enquanto ser cultural, de possibilidades. Considerar o desenvolvimento por uma perspectiva naturalista e organicista reduz a criança ao corpo adoecido e aos seus limites. É preciso reforçar o entendimento do desenvolvimento em seu processo histórico, cultural e relacional, apostando nas possibilidades que se constroem na relação com a criança, na resignificação de sua condição e existência (PIMENTA, 2017).

Esta mudança de enfoque é fundamental, inclusive, para a construção de políticas públicas e de assistência à saúde da criança que valorizem e promovem seu desenvolvimento integral, para além do enfoque na doença. Miranda, Oliveira, Toia e Stucchi (2015) afirmam que redimensionar o olhar sobre essa criança transforma a realidade das relações que são intencionalmente disponibilizadas, como por exemplo, a oferta de serviços pedagógicos e de lazer no âmbito hospitalar (classe hospitalar, programa doutores da alegria, brinquedoteca).

A perspectiva histórico-cultural reforça que a compreensão do desenvolvimento da criança deve ocorrer no interior das relações humanas concretas que ela estabelece, bem como seu papel ocupado em cada uma delas (REY, 2000). Seu contexto não existe a partir de parâmetros absolutos, mas envolve uma relação específica entre as particularidades de sua personalidade e do seu contexto em questão (VINHA & WELCMAN, 2010). Isso envolve um olhar atento dos profissionais para não lidar de forma protocolar, mas considerar de modo singular a vivência de cada criança em questão.

A vivência ressalta que a relação da criança com seu contexto e os fatos objetivos perpassam dialeticamente pelo seu estado interno. Não se pode recair em generalizações e rótulos como se soubéssemos de modo absoluto as repercussões psicossociais da criança com



